



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL

09.12.2007

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª QUESTÃO (40 pontos) :

O Estado X firmou contrato regido pela Lei nº 11.079/2004, prevendo obrigações financeiras do concedente ao concessionário. Tal contrato foi questionado em juízo sob o argumento de estar envolvida subvenção sem previsão em lei específica, contrariando o artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000. Pergunta-se :

O contrato é válido? Justifique.

2ª QUESTÃO (60 pontos) :

Tendo sido editada uma lei concedendo determinada gratuidade nos transportes públicos, a concessionária requer, como condição para implementar o benefício, o cancelamento da última parcela da outorga. Pergunta-se:

- a) A partir de que momento os usuários têm direito à gratuidade ? (30 pontos)
- b) À luz das normas de responsabilidade fiscal, o poder concedente pode aceitar o pleito ? (30 pontos)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL

09.12.2007

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª QUESTÃO (50 pontos):

Como se executa a sentença concessiva de mandado de segurança, transitada em julgado, em relação às prestações de dar, fazer e não fazer ?

2ª QUESTÃO (50 pontos):

O princípio da correlação ou da congruência aplica-se à representação de inconstitucionalidade prevista no artigo 125, § 2º, da Constituição Federal ?



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL

09.12.2007

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª QUESTÃO (40 pontos):

Considerando a distribuição de competências entre os entes da Federação em matéria ambiental, seria constitucionalmente consistente sustentar que a norma que confere maior proteção ao meio ambiente deverá sempre prevalecer ?

2ª QUESTÃO (60 pontos) :

Comente a possibilidade ou não da modulação temporal dos efeitos das decisões judiciais nas hipóteses de :

- (a) Declaração de constitucionalidade proferida em sede de ação declaratória de constitucionalidade. (30 pontos).
- (b) Alteração de jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores. (30 pontos).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL

09.12.2007

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª QUESTÃO (60 pontos):

Crédito decorrente de obrigação contratual, certo e determinado, vencido em março de 1999 e jamais pago, ainda pode ser exigido em dezembro de 2007 ?

2ª QUESTÃO (40 pontos):

Para efeito de cobrança, Caio transfere, mediante endosso-mandato, nota promissória ao Banco Brasileiro S.A. Pode o Banco receber o crédito e dar a competente quitação após a morte de Caio ?



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL

09.12.2007

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÕES

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª QUESTÃO (50 pontos):

Lei estadual fixa em 8% a alíquota do ICMS para operações internas e interestaduais com determinada mercadoria. Discorra sobre a validade da norma, considerando, dentre outros aspectos, a seletividade e a não-discriminação.

2ª QUESTÃO (50 pontos):

Em execução fiscal ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro, depois de decorrido o prazo para embargos, o contribuinte apresentou exceção de pré-executividade requerendo a extinção do crédito tributário, com base na nulidade da certidão de inscrição na dívida ativa (CDA), por falta de indicação da maneira de calcular os juros.

Ouvido, o Estado do Rio de Janeiro requereu a substituição da CDA.

O juiz acolheu a exceção de pré-executividade e julgou extinto o crédito tributário, mediante o argumento de que, não obstante a sua intempestividade, porque apresentada após o decurso do prazo para os embargos à execução, o Estado, ao apresentar a CDA substitutiva, corrigindo o defeito apontado na substituída, reconheceu a procedência da exceção de pré-executividade. Não houve condenação em honorários advocatícios.

Pede-se ao candidato que comente a decisão acima, indicando se o juiz agiu ou não com acerto.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL

09.12.2007

RELACÕES DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÕES

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª QUESTÃO (50 pontos) :

Distinga os sistemas de repartição simples e de capitalização, esclarecendo sua correlação com o regime previdenciário do servidor público.

2ª QUESTÃO (50 pontos) :

Discorra sobre a alteração das condições de trabalho nos regimes estatutário e trabalhista.